

ATA NÚMERO 158/XII (3.ª)

Aos doze dias do mês de março de 2014, pelas 11 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 3, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba, na sequência do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, para prestar esclarecimentos sobre a nova orgânica do Alto Comissariado para as Migrações.

Antes de dar início à reunião, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Mendes Bota, informou que a Assembleia da República de Moçambique tinha oficiado à Ex.^{ma} Senhora Presidente da Assembleia da República solicitando a sua autorização para que uma delegação do Parlamento pudesse reunir com a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação a fim de trocar experiências e debater determinadas questões consideradas primordiais.

Não havendo oposição, o Senhor Presidente disse que iria oficial à Senhora Presidente da Assembleia da República no sentido de manifestar a anuência da Comissão a esses contactos e à realização das reuniões que forem consideradas necessárias.

Dando então início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação deu as boas-vindas ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e explicou a metodologia dos trabalhos.

Na sua intervenção inicial, o Senhor Secretário de Estado começou por fazer a apresentação da transformação do Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural em Alto Comissariado para as Migrações (ACM), com o qual se pretende, disse, colocar o País na competição global pelo talento; referiu que o ACM tem as suas competências reforçadas na captação de imigrantes qualificados ou com potencial, atraindo os emigrantes portugueses ou impedindo os jovens de emigrar, sendo «esta uma das mais importantes linhas de atuação do «novo ACIDI»: «captar para reter»; que o País tem de se adaptar a uma nova realidade migratória,

que apresenta um forte caudal de saídas do território nacional e um fraco caudal de entradas; que na política de integração dos imigrantes há que procurar que Portugal continue a ser um país que capte e atraia imigrantes para Portugal, o que passa por desenvolver um conjunto de políticas de captação dos novos imigrantes, das pessoas que, neste momento, mais estão a aproveitar o potencial de mobilidade internacional que o mundo oferece, e por apoiar os descendentes das comunidades de imigrantes, que precisam de respostas no que diz respeito à sua empregabilidade, à sua integração, à sua capacitação profissional e até à sua inclusão cívica, à sua cidadania.

Adiantou, ainda, que a nova orgânica do Alto Comissariado para as Migrações dará continuidade à modernização da política migratória portuguesa e ao bom trabalho em matéria de inclusão dos imigrantes e dos seus descendentes; que passa a haver uma visão integrada entre a política de imigração e a política de emigração, em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros; que será reforçada a missão de intervenção social nos descendentes das anteriores gerações migratórias; que o Governo quer criar condições para que o talento estrangeiro continue a vir para Portugal e para que o talento português possa regressar a Portugal, e criar condições também para reter o talento que já há em Portugal; que um dos aspetos importantes dessa estratégia consiste na captação de estudantes internacionais; que através da criação de centros de conhecimento, de novos centros de investigação, de novas instituições, vai ser possível atrair mais talento estrangeiro, reter o talento nacional e criar condições para reverter a saída de muitos dos nossos jovens qualificados; que, para além desses instrumentos, outros existirão e que fazem parte dessa estratégia de captação;

E concluiu, dizendo que o Alto Comissariado passa a ter de relacionar-se com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, a Direcção-Geral do Ensino Superior, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Turismo de Portugal e o SEF, podendo fazer a coordenação de políticas migratórias que envolvam a rede diplomática e consular, a emissão de vistos, a captação de estudantes, a fixação de reformados, a integração, apelando à participação de fundações, associações, universidades, empresas e autarquias.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Mónica Ferro (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Pedro Delgado Alves (PS).

A Senhora Deputada Mónica Ferro (PSD) referiu-se ao novo perfil demográfico migratório do País, que até há bem pouco tempo não tinha em atenção o carácter mais dinâmico, mais circular

das migrações de hoje; disse ainda que nesta matéria importa aprender com a experiência do ACIDI, reconhecida nacional e internacional, e aprofundar aquilo que já eram algumas das suas boas práticas; que este novo instituto, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), se destaca desde logo pela competição global pelo talento, o que significa que a partir de agora vai tentar captar os migrantes de elevado potencial; que o ACM traduz um compromisso mais forte com a integração e a inclusão dos imigrantes, destacando-se algumas das suas novas missões, designadamente aquela que tem a ver com a promoção da imagem externa de Portugal enquanto destino de migrações, a visão conjunta e integrada entre a imigração de estrangeiros e a emigração de nacionais e a ligação entre as políticas de vistos e de investimentos, colocando a primeira ao serviço das pessoas.

Nesta lógica de modernização da política migratória, questionou o Senhor Secretário de Estado sobre o porquê do foco nos descendentes, independentemente de terem ou não adquirido a nacionalidade portuguesa, a razão de ser das críticas que têm sido feitas à inclusão de membros de determinados institutos e entidades públicas, como, por exemplo, o Conselho das Comunidades Portuguesas, como tentativa de governamentalização do Alto Comissariado. Por último, perguntou se estas missões de que o ACM está investido poderão ser potenciadoras do aumento da diversidade étnico-cultural nas instituições públicas portuguesas.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) começou por sublinhar que a criação do ACM é uma resposta do Governo a uma atualidade em constante mudança e que carece de uma resposta eficaz para que Portugal continue a ser uma referência na integração; que neste momento há uma massa de portugueses que emigraram e uma comunidade de imigrantes em relação à qual Portugal deve estar recetivo, sobretudo à imigração de jovens qualificados.

Nesse sentido, perguntou ao Senhor Secretário de Estado se, por um lado, o Alto Comissariado está preparado para acompanhar este fenómeno social e, por outro, se (e como) será feita a articulação entre a imigração e a emigração. Disse, também, que não nos podemos esquecer de que os imigrantes poderão participar na construção do País, trazer valor acrescentado, ajudar a compor o quadro demográfico e contribuir para a inovação, o empreendedorismo, a criação de emprego e a sustentabilidade da segurança social e que Portugal deve procurar agregar e juntar imigrantes para gerar riqueza enquanto país em desenvolvimento social. Por fim, perguntou que políticas ativas vai o ACM levar a cabo para a tal captação de talentos.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) disse que o PS não partilha da necessidade desta alteração porque há, de facto, uma mudança de paradigma que representa um erro de raiz quanto às políticas relativas à integração, que descaracteriza uma marca relevante e que secundariza e menoriza prioridades fixadas no que diz respeito à política de integração; que o diagnóstico das políticas de migração está feito há bastante tempo e o caminho que estava traçado era o correto; que com o novo diploma do Governo desaparece a valorização do diálogo intercultural, diluída numa vontade de fazer diferente que encontra fraca sustentação nas opções políticas para o sector; que, em sua opinião, parece ser altamente problemático procurar descaracterizar um serviço que tem uma missão tão clara para dizer que ele agora tem de se preocupar com o retorno, que é um problema autoimposto e autocriado pelo atual Governo.

Referiu, igualmente, que este é um diploma cheio de política e de opções políticas; que na definição da missão do Alto Comissariado e no enfoque dado às suas atribuições há uma mudança de paradigma que parece errada; que o diálogo intercultural é menosprezado e remetido para as entrelinhas do diploma, o que parece também errado; que no plano das atribuições há uma inversão das prioridades, porque a missão fundamental do Alto Comissariado passa a ser a promoção da imagem de Portugal no mundo, o que não tem nada a ver com integração e com a missão que tinha o ACIDI (o Alto Comissariado é hoje uma agência de talentos para captação de migrantes); que no Conselho das Migrações há também uma mudança de paradigma, na medida em que passa a ser um órgão consultivo do próprio serviço; que desaparece a preocupação central relativa ao diálogo inter-religioso, ao diálogo intercultural e à preocupação com a integração das minorias e com o combate à discriminação racial, que era de alguma forma uma marca relevante; como em todas estas questões relativas à integração, a simbologia dos nomes tem um peso que não é substituível, e daí perguntar como explicar a determinadas comunidades que o organismo responsável pela sua integração e pela criação de políticas adequadas deixa de ter esta designação.

O Senhor Secretário de Estado respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados interpelantes, no seguimento das respetivas intervenções, tendo dito que, para além do facto de algumas das entidades públicas terem manifestado o interesse em participar neste organismo, não fazia sentido, por exemplo, não ter no ACM uma delegação do Instituto da Segurança Social, quando há tantas questões levantadas pelos imigrantes sobre estas matérias; que não fazia sentido não ter a Autoridade para as Condições de Trabalho quando os imigrantes têm inúmeros problemas laborais e um défice de informação sobre esta matéria; que, se o objetivo

do Governo era o de articular as políticas de imigração com as de emigração, também não fazia sentido não estarem ali presentes organismos especificamente ligados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Pelo que, disse, não há qualquer governamentalização mas, sim, um reforço da componente administrativa e da capacidade que as associações vão ter, em colaboração e articulação com estas entidades públicas, de desbloquear problemas, iniciando-se assim um novo ciclo de colaboração ao nível da Administração Pública nas políticas de integração.

Em relação ao foco que é colocado nos descendentes, referiu que a partir dos anos 90 o nosso país integrou as comunidades imigrantes que chegaram a Portugal e facilitou-lhes a aquisição da cidadania, mas que hoje se torna necessário potenciar os talentos, as competências desses descendentes de imigrantes que vivem nas periferias das grandes cidades e integrar profissional, cívica e socialmente essas pessoas, existindo um conjunto de medidas pensadas para levar a bom porto esse desígnio.

Acrescentou, também, ser sintomático que, apesar do extraordinário trabalho feito ao longo dos últimos anos, haja ainda um défice de participação, de integração dos descendentes de imigrantes; que, em relação ao fenómeno da mobilidade migratória, o Alto Comissariado poderá estabelecer protocolos com entidades públicas e privadas para promover a circulação de pessoas no espaço lusófono, removendo obstáculos, fomentando redes migratórias transnacionais, que são redes de conhecimento, de competências e culturais. Lembrou, igualmente, que há que ter uma resposta para as migrações económicas que estão a crescer em todo o mundo, assim como para o aumento do fluxo de estudantes internacionais.

Disse, também, que há que identificar as oportunidades de integração dos imigrantes no mercado de trabalho interno; criar redes sociais que permitam a identificação e a criação de sinergias entre o País e os portugueses que estão na Diáspora, criando um verdadeiro canal de regresso; articular a política de imigração com a política de emigração e fazer a correspondente articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros; celebrar protocolos com centros de investigação e universidades com o intuito de facilitar a circulação do capital humano.

Concluiu, dizendo que não é verdade que o Governo tenha abandonado qualquer política pública de integração de imigrantes; que o diálogo intercultural não desapareceu e até foi reforçado nas atribuições do Alto Comissariado; que foi incluída, por exemplo, uma referência à inovação intercultural; que as políticas de valorização do diálogo intercultural e as políticas de integração não



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

são a mesma coisa; e que foi concedida autonomia financeira ao ACM como forma de valorizar as suas diferentes missões.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Maria da Conceição Caldeira (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Isabel Moreira (PS), tendo o Senhor Secretário de Estado respondido no final em bloco às questões colocadas.

Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente fez o levantamento de todas as questões que ainda não tinham sido respondidas, após o que o Senhor Secretário de Estado interveio de novo para lhes dar resposta.

A reunião foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140312.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição foi encerrada pelas 13 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 12 de março de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MENDES BOTA)

Folha de Presenças



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
Ana Oliveira
André Pardal
Carla Cruz
Cecília Honório
Hermínia Azenha
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
Maria da Conceição Caldeira
Mónica Ferro
Pedro Delgado Alves
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo
Elza Pais
Isabel Alves Moreira
Pedro Morais Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
João Portugal
Lídia Bulcão

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Almeida



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 28/05/2014.